

BRASIL: A PERIFERIA NO SISTEMA CAPITALISTA

Resumo

O nosso trabalho tem como objetivo apresentar alguns elementos intrínsecos a formação socioeconômica na periferia, tendo como foco o Brasil e, as particularidades de como se estabelece as relações capitalistas no país. Para tanto, nos reportaremos, sobretudo, as transformações que transcorrem durante o século XIX com a desagregação do regime colonial e por consequência, a abertura econômica e a emancipação política do país. A formação do Brasil enquanto colônia ocupa um papel preponderante no desenvolvimento econômico e na forma como se incorporou as tendências históricas do sistema capitalista dado que, traços da sua formação colonial serão repostos e combinados ao avanço da modernidade em bases internas.

Palavras-chaves: Brasil; periferia; capitalismo.

Abstract

Our work aims to present some intrinsic elements to socioeconomic formation in the periphery, focusing on Brazil and the particularities of how capitalist relations are established in the country. To do so, we will focus on the transformations that took place during the nineteenth century with the disintegration of the colonial regime and, consequently, the economic opening and the political emancipation of the country. The formation of Brazil as a colony occupies a preponderant role in economic development and in the way in which the historical tendencies of the capitalist system have been incorporated given that traces of its colonial formation will be restored and combined with the advance of modernity on an internal basis.

Keywords: Brazil; periphery; capitalism

1. Notas Introdutórias

Entendemos que a transformação capitalista e a constituição do poder burguês se estruturam a partir de condições históricas concretas de cada realidade social e por isso, não podemos estabelecer um padrão em que se forja o capitalismo visto que, a própria expansão capitalista se deu de forma bastante diferenciada ao longo história, na qual, alguns países e regiões só vão experienciar e incorporar internamente a dinâmica das relações de produção e sociais num tempo histórico distinto aos chamados casos clássicos de Revolução Burguesa¹. Este diferencial, não apenas em termos de tempo histórico, mas também das próprias

¹ Entende-se como forma clássica, a formação do capitalismo em países como França e Inglaterra, que vivenciaram o processo de Revolução Democrático-Burguesa, na qual as estruturas econômicas, sociais e políticas do antigo regime, são transformadas radicalmente por meio da ação revolucionária.

especificidades de cada formação social forjaram particularidades que não cabem à um desenvolvimento “clássico” do capitalismo. Nesse bojo, nos deparamos com a realidade particular das periferias do sistema que estabelecerão condições e características próprias de transformação capitalista e da natureza da dominação burguesa.

As formulações elaboradas por Leon Trotsky acerca da teoria do *desenvolvimento desigual e combinado*, nos ajuda a refletir sobre estas questões e oferecem bases para uma análise que compreenda as especificidades de cada formação social a partir do eixo da totalidade. Ao se voltar para a realidade russa, o autor, apontou os limites de uma análise pautada em um determinado modelo de desenvolvimento e, forjou uma compreensão do processo de entificação das formações sociais bastante distinta. A partir das contradições postas aos países da periferia e das diferentes posições políticas e econômicas assumidas na divisão internacional do trabalho se estabelece uma relação bastante particular entre centro e periferia em cada caso concreto, na especificidade de cada país. Para a periferia, a imposição de relações capitalistas vindas do centro pode combinar um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e, relações sociais e de produção ainda bastante atrasada. Ou seja, os países periféricos absorvem alguns avanços, se adequa a expansão da modernidade, mas também conservam traços arcaicos o que confere o caráter particular dessas formações sociais.

“O desenvolvimento de uma nação atrasada historicamente induz, forçosamente, que se confundam nela, de uma maneira característica as distintas fases do processo histórico. Aqui o ciclo apresenta, visto em sua totalidade, um caráter confuso, complexo, combinado.” (TROTSKY, p. 21, 2007)

Nesta concepção de totalidade, o desenvolvimento econômico de qualquer formação social deve ser compreendido como parte de todo o sistema capitalista, ao passo que guarda diferenças e particularidades que determina uma forma própria de desenvolvimento. A partir das regiões periféricas, o que se compreende é que estes países não necessariamente seguirão as “vias clássicas”, mas, ao contrário, irão trilhar caminhos bastante diferentes do que ocorreu nos países do centro.

“O capitalismo prepara e, até certo ponto, realiza a universalidade e permanência na evolução da humanidade. Com isso se exclui já a possibilidade de que se repitam as formas evolutivas nas distintas nações. Obrigados a seguir os países avançados, o país atrasado não ajusta em seu desenvolvimento a concatenação das etapas sucessivas.” (TROTSKY, 2007, p. 20)

Dentre as particularidades que se colocam às formações sociais na periferia, podemos elencar aquelas que se referem à sua composição interna, características e feições que são próprias de sua natividade. E de outro lado, temos a forma como estas formações em suas

concretudes irão se relacionar com a totalidade do sistema e, sobretudo, como se vinculará as economias centrais. O caráter desigual do desenvolvimento histórico estabelece posições hierárquicas no sistema na medida em que os países com um elevado avanço das forças produtivas estabelecem uma relação de subordinação com os países economicamente atrasados. A partir da funcionalidade do sistema capitalista, os países periféricos serão impelidos a absorver as relações sociais e as relações de produção próprias deste sistema. Contudo, é patente que não conseguirão seguir o mesmo caminho os “casos clássicos”, pois não passarão por determinadas etapas de desenvolvimento, até se chegar à um alto nível de incorporação das forças produtivas. Estes países irão se ajustar ao nível desenvolvimento econômico estabelecido pelo centro, se relacionando com ele de forma subordinada.

“O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açotados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do *desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão das distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas.” (TROTSKY, 2007, p. 21)

Tomando esses pressupostos, entendemos que a constituição do capitalismo no Brasil esteve vinculado ao próprio desenvolvimento e expansão do sistema capitalista mundial que irradiou suas estruturas e formas de funcionamento para os diferentes países e regiões e foram incorporados de diferentes formas a partir da particularidade de cada formação social, no nosso caso, da posição periférica que o país se situa e das relações hierárquicas que estabelece com os países hegemônicos. A compreensão do caráter *desigual e combinado* do desenvolvimento do sistema capitalista à nível mundial, nos permite, portanto, apreender essas particularidades da formação social brasileira, sem cair no equívoco de isolá-la frente ao cenário internacional.

2. Da Subordinação Colonial ao Capitalismo Dependente

As formulações acerca do sistema capitalista já postularam que a sua gênese esteve atrelada a expansão mercantilista que se deu no século XVI, o aperfeiçoamento e domínio sobre a navegação possibilitou aos países europeus se projetarem a regiões mais longínquas e constituir novas rotas comerciais para além da via terrestre. Sob a tutela das monarquias, estes países, sobretudo, os que se encontravam na costa marítima, se lançaram na atividade ultramarina na busca de novos territórios e na expansão de novos comércios. A atividade

econômica basilar que marcou a emergência do capitalismo foi o comércio, foi a partir dele que se viabilizou galgar uma acumulação de capital substantiva e que posteriormente resultou na montagem da maquinofatura, da grande indústria e o eixo do sistema se deslocou para uma produção industrial. Para nós é fundamental assinalar esse processo pois é, nesse bojo que se situa a formação social brasileira ao emergir na condição de colônia dos países europeus: “Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou chamar com razão chamar dos ‘descobrimientos’, articulam-se num conjunto que não é se não um capítulo da história do comércio europeu.” (PRADO Jr., 2004, p. 22).

A colonização que se desenvolveu no Brasil assumiu o caráter, propriamente, de exploração, ou seja, os portugueses que aqui chegaram não buscavam ocupar o território para se estabelecerem na região e constituir alguma forma de organização social. Foram norteados pelo objetivo mercantil e a apropriação dos recursos que aqui fossem mais rentáveis. Contudo, se depararam com uma população nativa bastante primitiva e um território sem dinâmica econômica impossibilitando estabelecer mecanismos de trocas apenas com a instalação de feitorias, era necessário que alguns colonos se fixassem na região para organizar a produção direcionada ao objetivo comercial da metrópole. Assumiram, assim, a posição de donos dos meios de produção, de grandes proprietários de terras que administravam a vida colonial e as relações econômicas com a metrópole: “Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não trairia com ele a disposição de por-lhe a serviço, nesse meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente de produção de gêneros de grande valor continental, como empresário de um negócio rendoso; [...]” (PRADO Jr., 2004, p. 28-29).

Aqui nos aproximamos das formulações de Caio Prado Jr. que nos fornecem um arsenal teórico importante, o autor dedicou grande parte da sua obra à compreensão da constituição social brasileira e a relação entre o processo iniciado com a colonização e as continuidades e descontinuidades com o Brasil contemporâneo, mais do que apontar aspectos isolados, o autor apresentou uma teoria bastante original amparado no pressuposto de totalidade. Trata-se de captar o *sentido* do desenvolvimento histórico do Brasil e os aspectos fundamentais que esse *sentindo* imprimiu para nossa formação. A colônia foi integrada ao mercado mundial com a estrita função comercial voltada aos interesses mercado europeu, portanto, a política da metrópole direcionada à região e os objetivos dos colonos que aqui chegavam atendiam a este desígnio: organizar uma produção de gêneros tropicais como açúcar, arroz e algodão que não eram cultivados em regiões temperadas e por isso, possuíam

um alto valor para mercado europeu. A relação de poder entre colônia e metrópole foi atravessada pelo monopólio comercial, a garantia de exclusividade permitia à metrópole adquirir os produtos das colônias de alto valor para os países do centro a preços rebaixados, ao passo que, os poucos produtos da metrópole direcionados à colônia se realizavam a preços elevados. A economia colonial cumpria, assim, uma função complementar às economias metropolitanas:

“A economia colonial organiza-se, pois, para cumprir uma função: a de instrumento de acumulação primitiva de capital. Dever-se-iam estabelecer, portanto, mecanismos capazes de ajustar a economia colonial à sua razão de ser, mecanismo de exploração que permitisse: 1) produzisse a economia colonial um excedente que se transformava em lucros ao se comercializar a produção no mercado internacional; 2) criação de mercados coloniais à produção metropolitana; e 3) que o lucro gerado na colônia fosse apropriado quase integralmente pela burguesia metropolitana.” (MELLO, 1990, p. 39).

As atividades econômicas da colônia precisavam obedecer à uma produção de larga escala de produtos específicos e assim, o efetivou através da grande propriedade privada, do regime de monocultura e do trabalho escravo. Caio Prado Jr., assinala que a grande unidade produtora foi o centro dinâmico do sistema colonial, no qual não só a agricultura, mas todas as outras atividades econômicas eram norteadas pela mesma estrutura. Era na grande exploração das fazendas e engenhos que se encontrava a vida orgânica da colônia, na relação entre um pequeno número de grandes proprietários que instituíam a produção através do trabalho escravo ao passo que, o contingente populacional que não se enquadrava nestes condicionantes, ou seja, latifundiários ou escravos, encontrava-se a margem do sistema². Essa conformação não expressa apenas as relações econômicas em que se fundam a colônia, mas como as relações sociais e políticas se fizeram marcadamente excludente e desigual. Este é o *sentido*, o movimento histórico e social que perpassa a formação do Brasil.

“Completa-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a ‘grande exploração rural’, isto é, a reunião *numa mesma unidade produtora* de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social.” (PRADO Jr., 2004, p. 122-123).

A edificação do país como colônia configurou a relação inerente de dependência e subalternidade ao centro hegemônico capitalista que atravessou todo o desenvolvimento histórico e forjou elementos sociais que se desdobraram no constructo industrial e na

² Ao longo desse período temos o crescimento demográfico de uma camada social que não estava vinculada ao trabalho escravo, eram trabalhadores livres que não se acomodavam ao complexo colonial, mas apesar da suposta posição de liberdade, estavam submetidos a condições precárias de sobrevivência dado que, estavam totalmente excluídos desse sistema.

internalização das relações capitalistas no país. A colonização determina a estrutura e a dinâmica dos países colonizados no espaço metropolitano e não no seu plano interno, mas através do nexo entre colônia e metrópole arquitetadas de forma hierárquica e subordinada, sobretudo, pelas restrições que esse tipo de relação impõe a acumulação interna autônoma dado que a produção colonial era apropriada e controlada externamente. Desde a formação colonial até a instituição propriamente capitalista, considerando a implantação da indústria e da constituição do trabalho livre, a relação de dependência ao centro do sistema foi conservada assim como, se reproduziram formas estabelecidas no período colonial.

Afirmar que as transformações históricas brasileiras foram acompanhadas de uma reposição de traços do passado não deve ser interpretado como uma mera reprodução mecânica de elementos anteriores, os processos de mudanças introduzem novos elementos à nossa realidade e enceta novas dinâmicas econômicas, políticas e sociais, mas conservam formas de ser de nossa sociabilidade que não rompem com vínculos fundantes do passado colonial. Embora a passagem do padrão colonial para a constituição de um Estado autônomo e da implantação de relações capitalistas tenha resultado em transformações substantivas para o país, estas particularidades foram se repondo em diferentes bases ao longo da história.

“Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, o objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fosse o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira.” (PRADO Jr., 2004, p. 31-32).

A introdução de relações propriamente capitalistas em bases internas se deu a partir a descolonização das Américas no século XIX que se acomodavam às novas tendências do mercado mundial. Até meados do século XVIII, o eixo propulsor do modo de produção capitalista manteve-se assentado no capital comercial, a acumulação de capital estava relacionada, predominantemente, às trocas mercantis. Contudo, este período apontou para uma nova fase do sistema capitalista, na qual a ordem produtiva converteu suas bases, até então configurada pelo *modus operandi* artesanal fundada por produtores diretos e com uma limitada utilização de trabalho assalariado, passou a operar sob a lógica industrial. A unidade industrial alçou maior projeção econômica com a difusão da maquinofatura e a fundação da grande indústria sob a égide da I Revolução Industrial e o desenvolvimento tecnológico acelerado – este se tornou um núcleo central para o processo produtivo e para a acumulação. O artesanato e o produtor direto passaram a ser substituídos pela grande indústria e pela

massificação dos trabalhadores assalariados, esta camada não possuía força ou estrutura para competir com os níveis de produtividade industrial e, paulatinamente, foram sucumbidos frente a este novo cenário. O cenário de ascensão do capitalismo industrial enredando-se um novo regime de acumulação dominado pela produção industrial que se consolidou como elo dinâmico da formação e reprodução do capital ao mesmo tempo que colocou em crise a hegemonia do capitalismo comercial.

Tornava-se candente a necessidade de o capitalismo industrial subverter a estrutura do capitalismo comercial para se edificar economicamente e se reproduzir no mercado mundial. O pacto colonial, na qualidade de pilar fundamental da fase comercial, colocou-se como um dos grandes entraves a industrialização, ao se sustentar no monopólio comercial, restringia os mercados à metrópole e impossibilitava a entrada da produção industrial europeia à uma vasta região. Para a burguesia industrial era necessário expandir ao máximo o intercâmbio com os mercados para realizar a larga produção que se funda com a grande indústria. Na medida em que indústria ganhava força, o sistema de monopólio comercial foi se desagregando, os tensionamentos e pressões sobre o regime colonial foram se aprofundando ao longo do século XVIII e direcionava os países colônias ao processo de abertura comercial e emancipação política. A aceleração da industrialização no centro traçou um novo padrão desenvolvimento para a periferia, no qual a condição de colônia não cabia mais aos novos moldes do capitalismo, estes países passariam a reproduzir internamente relações capitalistas.

O fim do monopólio comercial no Brasil se deu com a transferência da coroa portuguesa para o Brasil em 1808, no qual o país ganhou autonomia econômica para abrir seu o mercado a outros países e se integrar à dinâmica mundial. A ampliação do mercado internacional sincronizado ao aperfeiçoamento das transações comerciais e financeiras proporcionaram um cenário favorável à expansão das atividades econômicas da periferia, representou novas possibilidades para o desenvolvimento do país. Mas, a desorganização produtiva herdada do período anterior dificultou o estabelecimento de uma sólida economia. A estrutura econômica do país não dispunha de um alto grau de desenvolvimento de forças produtivas voltadas a produção industrial, ainda nos encontrávamos sob a lógica da produção artesanal e de uma produção voltada ao mercado interno bastante tímido que figuram as restrições e limites deixados pelo sistema colonial. Por outro lado, a regulação das relações de mercado sobre o livre comércio, a inserção do país ao mercado internacional manteve-se circunscrita à hierarquia e desigualdade entre centro e periferia e deste modo, os produtos

externos que adentravam no Brasil eram produzidos sob uma base industrial que lhes garantia maior qualidade e melhores preços frente a produção interna, que ainda se encontrava pouco desenvolvida e sob padrões artesanais. Ou seja, a produção industrial pouco conseguiu se desenvolver com a concorrência imposta pelos produtos externos e assim, o acesso à bens manufaturados ficou, em grande medida, restrita a importações.³

Nesse cenário, a atividade econômica que encontrou abertura sob o novo regime capitalista foi a exportação de bens primários aos países do centro, ou seja, vemos a reposição da equivalente estrutura montado por três séculos: uma produção especializada de gêneros primários voltados ao mercado externo. Apesar da base produtiva se manter bastante próxima ao que se configurou no período colonial, neste momento, sua finalidade será de outra ordem para o mercado internacional. Às regiões periféricas foi determinada a produção de matérias-primas que forneceria alguns bens destinados à produção industrial dos países do centro, portanto, não se tratava de uma relação comercial de caráter mercantilista em si, estavam voltadas ao abastecimento das unidades industriais que se formavam no centro. Ademais, uma parcela dos gêneros alimentícios produzidos na periferia seria destinada à massa urbana que se formava junto a aceleração industrial no centro. O sentido da produção é outro, neste momento, era necessária uma produção em massa de matérias-primas e alimentos para rebaixar os preços, não mais para estimular a acumulação primitiva, mas para rebaixar o valor da força de trabalho e baratear os custos dos produtos exportados, componentes do capital constante (MELLO, 1990, p. 44-45).

A estrutura econômica que se montou no período colonial impôs certos entraves a instalação das relações capitalistas em bases internas como o trabalho escravo e a produção agrária fundada no latifúndio. Mas, foi exatamente esta estrutura que possibilitou a inserção à nova fase do capitalismo com a reposição de uma economia agroexportadora determinada por demandas externas. A agricultura continuou a ser a atividade de maior

³ “Aperfeiçoa-se e se completa mesmo tal sistema. Até a abertura dos portos, as deficiências do comercio português tinha operado como barreira protetora de uma pequena indústria local, pobre indústria artesã, é verdade, mas assim mesmo suficiente para satisfazer a uma parte do consumo interno. Esta pequena indústria não poderá sobreviver à livre concorrência estrangeira, menos nos mais insignificantes artigos. A qualidade, os preços, a própria moda (fatos que não se deve esquecer) farão desprezar seus produtos. Tudo passa a vir do estrangeiro; até caixões de defuntos, refere um contemporâneo, nos chegarão da Inglaterra já estofados e prontos para serem utilizados. E esta situação tenderá sempre a se agravar com o correr dos anos, graças ao aperfeiçoamento contínuo da indústria europeia e conseqüente barateamento e melhoria dos seus produtos. O artesão brasileiro, que por força das circunstâncias e ambiente desfavorável terá ficado nos seus modestos padrões do passado, perde cada vez mais.” (PRADO Jr., 1965, p. 138).

importância para a economia brasileira, produtos como açúcar, borracha e cacau tiveram significativa expressão nas exportações brasileiras, mas foi a produção cafeeira que teve maior relevância nesse momento, o produto alcançou altos níveis de produtividade e se tornou o eixo de crescimento econômico do país até meados de 1930, foi um dos produtos mais consumidos no mercado internacional, em fins do século XIX, no qual a produção brasileira representava 70% (PRADO Jr, 1965). Foi a partir da produção agrícola que o país atingiu uma acumulação de capital significativa, voltando-se não apenas para a produção de café, mas para outras esferas econômicas. Desse modo, foi responsável pelo crescimento considerável das forças produtivas internas que com o fim da colônia começa a ter algum controle sobre a acumulação de capital e passa internalizar parte da concentração de capital.

O modo de produção capitalista não é apenas um operador econômico, trata-se de um complexo correspondente a todas as esferas sociais que concorrem para a sua manutenção. Portanto, a destituição do pacto colonial não incidiu apenas sobre o plano econômica, mas impulsionou mudanças em toda a organização da sociedade brasileira e estruturou uma nova ordem política com a emancipação do país a partir da conquista da independência em 1822 e da gênese do Estado Nacional. A constituição do Estado Brasileiro assumiu facetas bastante particulares, ressoando os elementos de nossa condição periférica e colonial. A formação dos Estados Nacionais nos países de casos clássicos de Revolução Burguesa esteve atrelada à um processo de rompimento radical com a estrutura feudal amparado sob o quadro histórico do liberalismo e sob os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade”. A sociedade burguesa que nascia postulava a universalização dos direitos sociais e políticos, uma concepção liberal que se estendia a todas as esferas da sociedade e reconhecia e incorporava a sociedade civil ao Estado. No nível institucional, todos eram reconhecidos como iguais, sujeitos portadores dos mesmos direitos, uma das mais importantes expressões desse processo foi conquista do sufrágio universal.⁴ A organização política se acomodou em um Estado democrático no qual as camadas populares e os trabalhadores estavam inseridas nos processos históricos de transformação.

A formação do Estado Nacional brasileiro assumiu um caráter bastante distinto da

⁴ Vale ressaltar que a conquista do sufrágio universal esteve restrita por muitas décadas aos homens apenas, apesar de se estabelecer uma forma política que não estivesse submetido ao poder da nobreza e a diferenciação por castas, ainda se resguarda a desigualdade de uma sociedade patriarcal. No caso francês, por exemplo, o sufrágio universal foi conquistado em 1848 enquanto, o direito de votos às mulheres só foi instituído em 1945.

democratização universal das esferas políticas e sociais. O rompimento com o sistema colonial foi montado a partir da conciliação das forças dominantes que dirigiram o processo pela independência e instituíram o regime monárquico em 1824 sob a liderança de D. Pedro I. Esse arranjo político cerceou a possibilidade de qualquer movimento radical que colocasse abaixo as estruturas arcaicas que sustentavam o país até aquele momento, cerceou a possibilidade de rompimento com a metrópole e todo o arcabouço colonial. Os segmentos do velho sistema, a burguesia interna agrícola, a aristocracia e a burguesia ligada à metrópole, se articularam para dirigir as transformações num sentido conservador, de manutenção das estruturas que fundamentavam seu poder. Ainda que a burguesia interna almejasse romper com as forças de Portugal para alçar uma maior autonomia na produção interna, no domínio sob o capital produzido no país e nas relações com o capital externo, a saída conciliatória que se desenhou assegurava que as transformações necessárias à constituição de uma nação independente não ultrapassassem os limites de uma política autoritária e excludente, da centralização do poder decisório nas frações dominantes e restringisse a participação de forças populares e camadas sociais que poderiam se opor a seus interesses e ameaçar o projeto de desenvolvimento que impunham ao país.

O aspecto liberal foi absorvido no Brasil apenas no âmbito econômico limitando-se ao direito de livre comércio e produção, mas no plano político assumiu um caráter conservador, no qual não se apregou a universalização dos direitos sociais e políticos na medida em que, as classes dominantes realizavam as transformações apartada do restante da sociedade, ou seja, as ditas “transformações pelo alto”. O contexto histórico de descolonização da América reafirmava o temor da burguesia brasileira de desencadear um movimento revolucionário assim como, ocorrerá com o processo de independência dos Estados Unidos que rompeu radicalmente com a Inglaterra e com os elementos coloniais e, embora ocorra tardiamente, o país consolidou uma democracia burguesa considerada de “via clássica”. Visto isso, as forças dominantes instaladas no Brasil recorreram a todos os meios necessários para frear qualquer movimento que pudesse resultar numa ação revolucionária, inclusive da violência direta e uso da força militar. O emprego da violência direta e das forças armadas se tornou um componente essencial à garantia da dominação burguesa no Brasil, grande parte das transformações ocorridas no país serão perpassadas por esse elemento: o fechamento da assembleia constituinte em 1823, a Proclamação da República em 1889, a Revolução de 1930, a ditadura militar em 1964, todos estes

momentos históricos foram marcados pelo uso da força militar e a repressão direta àqueles que ameaçavam o poder burguês.

“Um aparelho estatal de onde se despegue a violência e o favor deletério, para manter intacta sua estrutura fundamental, com as massas populares (escravos e homens “livres”) sempre fora do cenário político. Uma estrutura, enfim, que permitia até golpes e contragolpes constantes entre as facções dominantes sem alterações, no entanto, ao seu aspecto basilar.” (MAZZEO, 2015, p. 108)

O quadro cultural projetado pela herança escravista e colonial difundiu valores elitistas que se reafirmavam pela noção de privilégio, pela relação paternalista e a dominação pautada na *ideologia do favor*⁵ concatenando uma classe dominante de cunho bastante conversador. O arcabouço que se instalou com a ordem capitalista desintegrou alguns traços das relações coloniais, mas reafirmou outros. A resistência posta pela burguesia a certas transformações que rompessem com os seus privilégios estabelecidos no *antigo regime*, sobrepôs determinados elementos elitistas às relações capitalistas como a manutenção do trabalho escravo que, embora contraditório as necessidades do modo de produção capitalista de mercantilizar todas as esferas da vida, foi preservado por quase todo o século XIX. Ademais, o sistema escravocrata relegou à concepção de tarefas mecânicas, do trabalho braçal relacionado ao mando e obediência assim como, a própria desumanização e perda de dignidade daqueles que sujeitavam à estas atividades. Portanto, o reconhecimento político e social pelas instituições e pelo Estado Nacional deveriam estar atrelados, estritamente, ao *status* econômico, àqueles que possuíam propriedade privada e poderiam se inserir nos processos decisórios do país, enquanto os despossuídos não eram sujeitos aptos a assumir tais posições. Assim como, nos momentos em que os interesses das forças dominantes estavam ameaçados valia-se do emprego de instrumentos repressivos e da violência direta, de um “Estado forte” que garantisse a ordem.

Aqui, nos reportamos a conceituação de Florestan Fernandes acerca da relação entre a dominação burguesa e capitalismo dependente. A partir da realidade brasileira, o autor aponta para a posição estratégica que o Estado assume no desenvolvimento capitalista na periferia e na organização da dominação burguesa dado que, as relações sociais, políticas e econômicas se forjam pela restrição dos espaços democráticos próprios do capitalismo, assim, o Estado não se constitui como um ente que comporta a participação e as demandas de outros setores, mas torna-se um vetor do poder burguês. A composição do poder burguês no Brasil está ajustada em função da conservação do privilegiamento das

⁵ SCHWARZ apud MAZZEO, 2015, p. 108

elites, a hegemonia burguesa que se funda no capitalismo dependente se assenta na defesa intransigente de classe possuidora, a articulação entre as frações da burguesia é impulsionada pela defesa da propriedade privada em si. Deste modo, a dominação burguesa não se organiza a partir de mudanças históricas e das diferentes fases do desenvolvimento capitalista pois que, o pressuposto do direito à propriedade privada, da manutenção dos privilégios econômicos, sociais e políticos são, em última instância, o elemento determinante da conformação desse poder, de maneira que, as transformações e novos arranjos não altere essa substância. Esse elemento confere o caráter conservador da nossa burguesia e torna-se decisivo na estruturação da nossa ordem social. O Estado assegura a própria articulação da classe dominante sob o esteio da institucionalização ao garantir base econômica e estabilidade política expressa na concentração de poder, na medida em que, conduz o desenvolvimento econômico modernizador articulado à uma *democracia restrita*. Esta forma de dominação e por consequência, como se organiza o Estado brasileiro é denominada por Florestan de autocracia burguesa. (FERNANDES, 2005, p. 313; FERNANDES, 1973, p.106-110).

Bem como, podemos nos remeter a análise que Florestan Fernandes (2005) apresenta acerca do eixo econômico na qual se sustenta o capitalismo dependente no Brasil, nos parece que o autor oferece uma síntese interessante ante o processo histórico que buscamos delinear nas páginas precedentes. O autor aponta que o desenvolvimento capitalista no Brasil esteve organizado através de uma dupla articulação no qual, internamente o setor moderno e arcaico se articulavam e externamente a economia brasileira se associava aos países centrais a partir do setor agroexportador. No plano externo, o desenvolvimento impulsionado pelo centro não se vinculava diretamente ao desenvolvimento capitalista, mas, sobretudo, a adaptação da economia brasileira as transformações do mercado mundial e a dinâmica econômica das nações hegemônicas. Os dinamismos e forças produtivas transferidas estavam vinculadas as funções que os países periféricos deveriam cumprir para a expansão do capitalismo do centro e não incorporavam dinâmicas mais complexas, mas com baixo potencial produtivo regulado pela relação de dependência. Ou seja, esta associação impulsionava a expansão das relações capitalistas ao passo que limitava a periferia à um desenvolvimento subordinado ao centro hegemônico. Assim como, no plano interno a articulação entre setor moderno e arcaico era imprescindível a formação de excedentes que seriam expropriados externamente pois que, as formas de acumulação primitiva garantiam uma exploração de força de trabalho

intensiva que de um lado, gerava altos níveis de excedentes e de outro conservava a estrutura socialmente desigual e excludente na qual o Brasil se funda e continua a reproduzir tal particularidade ao longo das mudanças históricas.

3. Conclusão

Diante do quadro, sumariamente, esboçado de como se desenvolveu as formas políticas e econômicas que estruturam o país e a gênese das relações capitalistas podemos apreender alguns aspectos essenciais que compõe a particular formação social brasileira. Voltar-se aos tais fenômenos nos fornece uma base social e econômica em se funda a ordem societária do Brasil e as formas derivadas desse passado que se recolocaram ao longo do desenvolvimento histórico sob diferentes esteios e por isso, são essenciais para a compreensão da dinâmica capitalista do país e de processos mais contemporâneos. Nesse sentido, podemos compreender como a dominação burguesa na periferia se compatibiliza através dessa articulação que impõe uma forma de desenvolvimento restrito a seus interesses e que não se universaliza enquanto interesses de nação.

Vemos que constituição de uma sociedade “moderna” e a instauração de um sistema capitalista não desfizeram traços que se construíram e se fortaleceram ao longo de séculos pela colonização. A partir da sua condição de periferia, o Brasil não rompeu com lógica colonial de dependência e subordinação ao capital externo, na medida em que, a produção do país ainda se manteve pautada nas demandas externas, assim como, o padrão de financiamento dependente do capital externo - seja por tomada de empréstimos direto ou importação de bens de capital – apoiado e sustentado pelo capital estatal. Portanto, o projeto de desenvolvimento que se forjou no alvorecer da “modernização” resguardou os interesses das frações dominantes articulada e, determinada, pelo capital externo enquanto, excluía as massas populares desse processo - estrutura sustentada durante o período colonial.

Referências

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo, 2005

_____. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Zahar Editores, 1973

HOBBSBAWN, Eric. **A Era do Capital**: 1848 – 1875. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**: Origens da Autocracia Burguesa. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015

MELLO, J. M. C. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa (Tomo I)**. São Paulo, Sundermann, 2007